

A crise: conhecer para romper com as inevitabilidades

Manuel Carvalho da Silva

Saudações

A Crise

No “Dicionário das Crises e das Alternativas”, o nosso colega do CES – Mathias Thaler, autor dessa entrada, diz-nos, e passo a citar: *“Na nossa linguagem comum, «crise» significa algo em perigo, sob ataque, em transformação. Apesar de usarmos, de facto, esta palavra quotidianamente nas nossas vidas para falar de todo o tipo de situações, não pode ser negado que o conceito tem também complexas conotações políticas. Numa abordagem descritiva, «crise» indica situações em que agentes ou estruturas políticas passam por mudanças radicais. Neste sentido, discutimos nas ciências sociais a «crise da democracia parlamentar» ou a «crise do Estado-Providência». É característico destes usos descritivos do termo que as perspetivas de futuro – saídas da crise – fiquem frequentemente por considerar...A História antiga e contemporânea diz-nos que os políticos [eu acrescento, e poderes dominantes] procuram produzir, frequente e ativamente, um clima de crise – seja social, económico ou «afetivo» – de forma a alterar o equilíbrio da balança constitucional de poderes a seu favor. Neste sentido, «crise» contém alguma similitude com outra poderosa expressão do discurso político: exceção. Momentos de crise, tal como estados de exceção, albergam enormes riscos para as instituições democráticas, dado que concedem aos que governam uma autoridade especial, muitas vezes sem qualquer controlo. «Crise», longe de ser neutro, é claramente um conceito concebido para o combate. É neste ponto que ressalta a importância de outra prática, uma prática que provém da mesma raiz grega de crise: crítica. Confrontados que estamos com a perturbadora cacofonia dos discursos sobre a crise, torna-se prioritário investigar criticamente as origens e a natureza da situação em que vivemos...”*

Vemos que quanto mais é instituída a crise, maior se torna a ausência de controle sobre quem nos governa. E esta observação não se restringe ao campo político. Entretanto também se observa que a palavra **crise** se tornou uma instituição enquanto o conceito **reforma** foi tomado na sua aplicação prática como a outra face da crise, ou seja, não é executado com efetivo sentido reformista.

Boaventura de Sousa Santos escreveu em “Portugal – ensaio contra a autoflagelação”, no início da análise sobre as identidades das crises, que “o modo como se define uma crise e se identificam os fatores que a causam tem um papel decisivo na escolha de medidas que a superem e na distribuição dos custos sociais que estas possam causar”, acrescentando que a luta pela definição da crise é por isso um ato iminente político.

Analisando a situação do nosso país constatamos que as dificuldades e privações aumentam exponencialmente para grande parte dos portugueses, ao mesmo tempo que os governantes anunciam sucesso.

Ao apresentar o resultado da terceira revisão do seu programa, a troica (FMI, BCE, UE) afirmou que, “no seu conjunto o programa corre sobre os carris”, saudando o Governo pela sua prestação. Disseram que o “ajustamento fiscal” é “notável”, a “desalavancagem do setor financeiro está a progredir”, as “reformas nos mercados de trabalho” estão a avançar.

Quando já é absolutamente claro que a “austeridade” em contexto recessivo e o “ajustamento estrutural” estão a aprofundar as crises europeias, e no próprio FMI se tornam mais audíveis as vozes que o reconhecem abertamente, a troica precisa de propagandear histórias de sucesso.

Pouco importa que o desemprego tenha ultrapassado a barreira dos 15%, que o “ajustamento fiscal” esteja comprometido pela quebra das receitas, que a diminuição das exportações inviabilize a “única” fonte de crescimento possível, que a “desalavancagem” do setor financeiro esteja a ser feita à custa do financiamento da economia, que se assista a uma acelerada destruição de empresas em resultado da diminuição de salários, pensões e rendimentos do povo, que a destruição de serviços públicos torne inacessível para muitos portugueses o acesso à saúde.

As injustiças, o sofrimento e a pobreza resultantes das alterações ao regime do subsídio de doença, a não existência de subsídio de desemprego para a maioria dos desempregados num contexto em que corremos o risco de atingir uma taxa de desemprego de 20% a prazo não muito longo, os cortes no Rendimento Social de Inserção, a diminuição da proteção na maternidade e na paternidade ou nas condições de adoção não têm importância. Para a troica e para o Governo, tudo isto são “riscos”, ou “sacrifícios necessários”; o programa é perfeito e está a ser executado de forma exemplar, mesmo que se resuma a um “austeritarismo” nacional de empobrecimento.

Na realidade “os riscos” de que nos falam não são mais que factos e resultados previsíveis das políticas em curso, não só do que está a ser executado em Portugal, mas de todos os programas semelhantes, da Grécia à Irlanda e a toda a União Europeia, com relativa exceção da Alemanha.

Na Europa capitaneada por uma direita neoliberal, que está a fazer da crise uma oportunidade para aplicação de um programa não sufragado de destruição do Estado Social, o ar está a tornar-se irrespirável.

Os perigos acumulam-se: os ataques aos mais diversos setores profissionais colocam no senso comum a ideia de que os direitos no trabalho são privilégios, desvalorizam o trabalho e destroem importantes compromissos capital/trabalho que haviam sido conquistados, enfraquecendo a capacidade de reação e luta dos trabalhadores; o empobrecimento das classes médias (instituíram que pertence à classe média quem

ganha mais que o salário mínimo) está a manietá-las e a provocar perigosas ruturas de solidariedade; a estigmatização de grupos mais desprotegidos, desenvolvendo invejas entre pobres e paupérrimos, cria o clima propício para um brutal ataque à segurança social e a outros direitos sociais universais e solidários, que dão conteúdos concretos ao Estado Social.

O sucesso na implementação desta agenda política perigosa, sustentada numa ofensiva ideológica de regressão social e política, ocultada pela propaganda e posições repetidas nos grandes meios de comunicação é, para a generalidade do povo, empobrecimento, insegurança e infelicidade, “sofrimento social generalizado”, que os poderes dominantes procuram gerir de forma a que sejam individualmente sofridos.

Em tempos como este, o contributo dos intelectuais, dos académicos e investigadores, deitando mão de uma ciência social interventiva, emancipatória, ao serviço dos cidadãos, da justiça social e de uma vida decente, é absolutamente imprescindível. A democracia dos 1% não pode continuar a capturar a verdadeira democracia, a cidadania, a realização integral e plena do ser humano.

O que designamos de Estado Social e de Europa Social foi criado para trazer bem-estar e felicidade às pessoas e existe disponibilidade financeira e capacidades técnicas, científicas e comunicacionais suficientes para atingir esses objetivos se a atual relação entre finança e economia for derrotada e substituída por relações sérias.

Uma das maiores fraudes intelectuais que se ouve na atualidade é: “agora não interessa estarmos a discutir as causas e os responsáveis dos problemas que temos, o que é preciso é não perder tempo e fazer mais esforços de todos para encontrar soluções”.

Em regra, quem faz tal afirmação apresenta de imediato, como causa dos problemas, “que andamos todos a viver acima das nossas possibilidades”. E acrescentam uma visão moralista centrada no “excesso de gastos” associado aos custos dos mais elementares direitos sociais, passando ao enunciado das “imoralidades” dos gastos dos pobres e dos paupérrimos e das “regalias” do comum dos trabalhadores e dos “excessos” das reivindicações dos sindicatos. Ou seja, dizem-nos para não olharmos as causas e os responsáveis exatamente para instituírem falsas causas e falsos responsáveis.

Ao agir desta forma procuram gerar culpa nos trabalhadores, nos estudantes, nos pensionistas e reformados, nos desempregados, nos doentes, levando-os a considerarem os seus pequenos direitos à saúde, à proteção social, ao ensino, a bens básicos para a organização da sua vida, como “privilégios” ou “regalias” que “desequilibraram as contas e geraram a crise”. Assim, fica mais fácil inculcarem no povo a ideia da inevitabilidade dos sacrifícios e a ideia da não existência de alternativas.

As falsas soluções agravam continuamente os problemas e o tipo de governação a que estamos sujeitos, submete-nos, perigosamente, a novas fraturas europeias e mundiais

que por aí emergem! E, como sabemos, o empobrecimento e o agravamento das desigualdades, provocam perdas de liberdade, e atingem a própria democracia.

É por tudo isto que se impõe uma reflexão profunda sobre as crises e as alternativas, sustentada em investigação e análise sérias, deitando mão de todos os recursos do pensamento crítico e utilizando-o com acutilância.

Estamos desafiados, nas Universidades e nos Centros de Investigação, a pensar e a agir numa época de turbulência e de desejada emergência de uma nova era mundial – cujos contornos gerais são muito bem caracterizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), numa perspetiva institucional – que nos coloca desafios universais, regionais e nacionais. O CES procura e empenha-se em dar um modesto contributo.

*

Interroguemo-nos um pouco sobre o que é a crise, quais as suas dimensões e causas e o que devem ser as respostas?

É imprescindível trazer permanentemente à memória coletiva que foi a expressão da crise financeira (2008), gerada pela desregulação bancária e pela atividade especulativa (que aliás hoje prosseguem), que desencadeou a crise económica para a qual foram mobilizados os recursos públicos que provocaram os défices e as dívidas com que hoje nos deparamos.

Recorrendo à obra “Portugal: um retrato singular”, de 1994, – publicação de que Boaventura de Sousa Santos foi organizador de uma ampla participação de autores, e em que o CES apresenta bases analíticas e demonstra capacidade e compromissos que vão marcar o futuro da atividade dos seus investigadores e da sua postura coletiva de análise crítica da sociedade portuguesa em amplos e importantes campos –, permitam-me retomar dois dos sete tópicos com que Boaventura de Sousa Santos mostrou o posicionamento de Portugal.

Primeiro, “Portugal é uma sociedade semiperiférica da região europeia do sistema mundial”. Acrescento que este lugar se mantém, mas o nosso país pode estar a encaminhar-se para uma regressão no seu posicionamento relativo num quadro europeu e mundial em que se buscam, se expressam e se desenvolverão rapidamente novas hegemonias, mesmo que hoje não saibamos claramente com que tipo de poderes vão ser afirmadas, nem quais os meios e custos que as sociedades vão ter de enfrentar. E, por certo, vamos ter de positivamente dar atenção a culturas e opções políticas e de vida que temos secundarizado ou menosprezado.

A este propósito, permitam-me referir o que Joseph Nye, académico e antigo governante americano em vários períodos, observa em “O Futuro do Poder” – obra interessante, embora muito fechada na grelha de leitura inerente à defesa dos interesses e objetivos dos EUA –: “na política entre Estados, o fator mais importante vai ser o continuado «regresso da Ásia». Em 1750, a Ásia tinha mais de metade da população e da produção mundiais. Em 1900, depois da Revolução Industrial na

Europa e na América, a percentagem asiática foi reduzida para um quinto da produção mundial. Em 2050 estará bem perto da sua quota histórica...”

O segundo tópico de Boaventura de Sousa Santos diz-nos: “o futuro da Comunidade Europeia é uma questão por resolver”, acrescentando que “o período de transição da sociedade portuguesa justapõe-se ao período de transição da própria Europa”.

Registando nós que a União Europeia tem duas ou mais periferias, estando Portugal numa delas mas tendo de relacionar-se com as outras, direi que o caminho percorrido nestes 18 anos, não alterou a perspetiva atrás referida, mas entretanto foram tomadas decisões e trilhados caminhos perigosos, que nos apresentam hoje mais incertezas, e menos confiança e segurança face ao futuro.

No plano mundial, e desde logo também na Europa, são amplas e complexas as atuais dimensões e contradições da crise do capitalismo:

- i) a crise é financeira, e prossegue a especulação que tudo subverte;
- ii) é económica, sendo imprescindível recolocar o valor do trabalho na economia;
- iii) é social, exigindo um prioritário combate às desigualdades e à pobreza;
- iv) é política na dimensão total do conceito, enfraquecendo, submergindo e submetendo, de forma ignóbil, as lideranças políticas;
- v) é de desajustamento estrutural e político das instituições, substituídas pelo poder de organizações não formais e não credenciadas, logo não democráticas;
- vi) é energética e de matérias-primas, sendo que esta dimensão da crise é causa de múltiplos e perigosos conflitos, e os países da União Europeia não vão ter nas próximas décadas as mesmas condições de acesso às matérias-primas que tiveram no amplo período do seu desenvolvimento mais significativo;
- vii) é uma crise climática e ambiental que nos convoca para perspetivas de novos estilos de vida;
- viii) é uma crise de relações comerciais, onde o “mercado livre” é sobretudo a expressão das imposições dos que têm poder;
- ix) é uma crise de soberania alimentar dos povos, problema que vai ter de ser tratado por formas muito sérias em todas as latitudes;
- x) é uma crise de relações entre gerações expressas em ruturas ou disfunções difíceis de abordar e de resolver;
- xi) é ainda uma crise de valores, onde a manipulação de conceitos a que vimos assistindo se constitui como elemento estruturante da perigosa imposição da ideologia e das práticas do neoliberalismo.

Existe, por outro lado, um enorme desafio colocado pelos avanços conquistados em múltiplas áreas, desde a tecnológica, à científica e à comunicacional e, acima de tudo, o desafio de tratarmos positivamente o aumento da esperança de vida, a maior e mais qualitativa participação das mulheres no trabalho e na sociedade, os processos migratórios com novos contornos, e a possibilidade de novas aprendizagens ao longo da vida.

Entretanto, no plano geral, como no nosso país – basta observar as políticas seguidas – podemos constatar que o sistema se debate com três contradições profundas: primeira, ele nega-se como universal, solidário, multilateral e multicultural; segunda, acentua-se a degradação da relação metabólica homem/sociedade/natureza; terceira, ressurgem em força profundas contradições capital/trabalho, sendo a manipulação da operacionalização do valor do trabalho um autêntico escândalo, que coloca às teorias económicas e sociais enormes desafios.

Por que razão, por exemplo, numa mesma empresa, é possível que dois indivíduos, que trabalham com empenho, possam ser retribuídos com uma diferenciação em que um recebe 2 mil vezes mais que o outro? Que critérios e valores são esses?

*

Estamos numa União Europeia em que a “crise é sistémica”, logo a contaminação é geral e a resposta tem de ser de todos, mesmo que se expresse de formas diferenciadas conforme as culturas e as realidades sociais, económicas e políticas de cada país.

O projeto para que os trabalhadores e os povos foram mobilizados está posto em causa. A coesão económica e social, a evolução social no progresso, o respeito pela soberania e cultura dos povos, a dimensão social do mercado interno tornaram-se expressões carentes de sentido.

O futuro do Euro é uma enorme interrogação. O projeto político europeu que tem estado nas nossas mentes não é reformável sem alterações de relações de forças, desde logo, no plano político. E seguramente não teremos saídas dos atuais bloqueios com caminhos traçados por aqueles que nos conduziram e conduzem ao desastre.

Tonny Judt, no seu “Tratado sobre os nossos atuais descontentamentos” entre os muitos alertas que nos faz, apela a que não fiquem “sem refutação os críticos que afirmam ser o modelo europeu demasiado caro ou economicamente ineficaz”.

Focalizemos o nosso trabalho neste e em outros importantes desafios e não nas justificações técnicas, científicas e políticas da importância de revisões de Tratados feitas por forças retrogradadas, ou em atitudes de quase pedir desculpa pela expressão de diferenças. Não temos de estar à defesa. Há que agir na definição da crise, com toda a responsabilidade de um pleno ato político!

*

Os diagnósticos da(s) crise(s) não estão todos feitos e não é assim tão bem conhecida a caracterização da realidade portuguesa – nos planos económico, financeiro, social, cultural, da justiça e outros. Acresce que, como sabemos, a solução da crise para uns significa, muitas vezes, o agravamento da situação da maioria.

É preciso um profundo trabalho de análise, de debate e de formulação de propostas que facilitem, no plano social e político, a escolha das opções coletivas mobilizadoras e transformadoras da sociedade.

Temos então de trabalhar sobre o concreto da crise portuguesa: i) sobre o que ela tem de estrutural e quais os horizontes temporais e o tipo de soluções que se poderão trabalhar em cada uma das suas componentes; ii) quais as influências e condicionalismos externos, como lidar com eles num país que é europeu, mas deve ter relações a sul e agir numa nova era; iii) proceder à identificação objetiva de causas e responsáveis, denunciando as burlas intelectuais em curso; iv) analisar e responder ao mal-estar, aos medos, à desmotivação.

Estamos desafiados, em certa medida, a uma autêntica revolução intelectual. E neste campo, como nos planos social e político, se quisermos construir novos caminhos de progresso, de democracia, de desenvolvimento humano, temos de ser humildes.

A elaboração de diagnósticos sérios é decisiva, pois são estes que determinam o leque das alternativas.

*

O significado da colaboração da OIT através do Instituto para os Estudos Laborais

Esta colaboração começou a ser esboçada a partir do protocolo firmado em fevereiro de 2010 entre o Instituto para os Estudos Laborais da OIT e o CES, em Coimbra, com a participação do próprio Reitor da Universidade. Inicialmente pensávamos, as duas partes, apenas nas áreas do trabalho e de políticas sociais. Mas as perspetivas amplas, a dedicação e empenho do Diretor do Instituto, Raymond Torres, e da Diretora do Escritório de Lisboa da OIT, Mafalda Troncho, e o processo de construção deste projeto de Observatório entretanto desenvolvido pelo coletivo do CES, colocam-nos agora num patamar bem mais elevado de ambições e exigências. Permitam-me deixar uma referência pública de identificação do que internamente chamamos de “grupo fundador do Observatório”, dado o significado das reflexões e propostas que trabalhou nos últimos meses.

Ana Cordeiro Santos, António Casimiro Ferreira, Boaventura de Sousa Santos, Catarina Frade, Elísio Estanque, Hermes Augusto Costa, João Arriscado Nunes, João Paulo Dias, João Rodrigues; José Manuel Pureza, José Maria Castro Caldas, Manuel Carvalho da Silva e Pedro Hespanha foram os seus componentes e já assumiram a responsabilidade de se manterem como equipa ancoradouro do projeto na mobilização de todo o coletivo do CES, nas respostas que é preciso dar e no trabalho de múltiplas mobilizações.

Para nós é de enorme importância a cooperação de uma instituição do sistema das Nações Unidas que se tem destacado na articulação de uma visão lúcida sobre as causas e consequências da crise. A possibilidade de nos inserirmos numa rede

internacional de polos de investigação que cooperam com a OIT é uma extraordinária mais valia.

Queremos também expressar a nossa concordância com os traços fundamentais com que a OIT vem caracterizando as causas e consequências do aprofundamento da crise e, também, com a afirmação e contextualização em que o Diretor-geral, Juan Somavia, afirma: “uma nova era mundial está emergindo”, bem como o seu alerta de que as alternativas não nos vêm dadas/oferecidas, são construção dos indivíduos e podem ser positivas ou negativas em função da ação/inação que protagonizamos.

Temos consciência do carácter pioneiro desta colaboração e de que, em alguns aspetos, se não formos cuidadosos e exigentes no nosso trabalho, podemos sentir-nos no fio da navalha. O desafio é grande mas vamos concretizá-lo com êxito.

O que será o nosso trabalho

O que nos propomos fazer é “investigar criticamente as origens e a natureza da situação em que vivemos” e descortinar alternativas – ou melhor, contributos para alternativas – a um modelo de desenvolvimento insustentável, como é referido por Bruno Sena Martins, na entrada “Alternativa” que adiante referirei.

O Observatório sobre Crises e Alternativas, criado pelo CES, com a cooperação da OIT, através do seu Instituto para os Estudos Laborais, apresenta-se assim com três objetivos fundamentais:

- i) Aprofundar o conhecimento acerca dos processos de reconfiguração da economia e da sociedade portuguesa induzidos pelas crises e pelas políticas de austeridade e do que os governantes designam por “ajustamento estrutural”;
- ii) Contribuir para o enriquecimento e o alargamento do leque de propostas de políticas em domínios institucionais específicos e no respetivo enquadramento sociopolítico;
- iii) Participar ativamente no debate público que se trava na sociedade portuguesa em torno da interpretação da atual crise e de alternativas de políticas, procurando qualificá-lo.

Tomámos quatro campos de trabalho como domínios primordiais do nosso trabalho. Socorro-me do texto que plasmámos (o CES e a OIT) na carta de apresentação aos doadores e também de um trabalho profundo que vem sendo desenvolvido pelo grupo de investigadores que já mencionei.

1. Estudo das relações entre finança e economia nas escalas nacional, europeia e global, e o modo como afetam a vida das pessoas, das famílias, a atividade das empresas e a evolução das economias nacionais.

Trata-se de analisar o modo como a liberalização financeira e o acesso aos fluxos financeiros internacionais, expandidos pela participação na União Económica e Monetária, modificaram o comportamento das famílias e das empresas em resposta ao acesso facilitado ao crédito.

A importância crescente dos mercados e das instituições financeiras na transformação dos padrões de consumo e investimento, criaram desequilíbrios manifestados na acumulação de dívida privada, na expansão dos sectores de bens e serviços não-transacionáveis e na contração do investimento na formação de capital fixo. A crise é, assim, o momento de exaustão deste processo e as políticas de austeridade, com reverberações sociais e políticas que devem ser cuidadosamente assinaladas, podem ser entendidas como um modo de partilhar, de forma assimétrica, os custos sociais da crise.

- 2. Estudo das dinâmicas no mundo do trabalho** – com especial relevo para a investigação dos processos de reconversão e fragmentação das relações laborais, o desequilíbrio de poderes, o respeito pelo trabalho digno, tomando por referência a agenda da OIT que assenta em quatro objetivos fundamentais e articulados: criar emprego; garantir os direitos dos trabalhadores; alargar a proteção social; promover o diálogo social.

A análise incidirá prioritariamente sobre as relações de trabalho e salariais e, logo, a importância e condições de efetividade da contratação coletiva. Num contexto dominado por conceções liberais a respeito de rigidezes no Mercado de trabalho é importante salientar a importância dos direitos sociais no estímulo a desempenhos positivos, assim como do emprego enquanto fator de desenvolvimento económico. Contrariamente à opção de usar o trabalho e o salário como variável de ajustamento face a problemas de competitividade, a análise sublinhará a influência positiva das qualificações na estrutura produtiva.

- 3. Estado Social e políticas sociais** – com particular enfoque no acesso à provisão pública e na qualidade dos serviços públicos, garantes dos mais básicos direitos sociais (na saúde, na educação, na habitação, na justiça, entre outros) e nos processos de produção e agravamento das desigualdades sociais;

Trata-se identificar as características específicas do Estado Social português e as suas transformações decorrentes das tensões criadas pela retração do papel social do Estado, justificada pela crise orçamental. A aspiração à igualdade e à justiça social nutrida pela democracia e a integração europeia, têm de ser tidas em conta quando se discutem, quer os efeitos negativos da retração do Estado, quer as respostas positivas proporcionadas pelos mecanismos de ação coletiva. O papel das redes sociais de proteção beneficia de perspetivas que incluem novos tipos de articulação entre estas redes e a ação pública.

- 4. Estado, governação e democracia** – com prioridade à investigação sobre o exercício da governação no plano socioeconómico e a qualidade da

deliberação e tomada de decisão pública (democraticidade, transparência, participação) às escalas local, nacional, europeia e global.

Neste domínio duas questões merecem especial atenção. Em primeiro, o lugar e o modo como a Europeização moldou e está a moldar a cultura política e jurídica em áreas cruciais da regulação social. A segunda, o modo como a emergência económica e (financeirista) permanente está a criar um “estado de exceção” que esvazia aspetos importantes dos direitos sociais e políticos protegidos pela Constituição. Estas duas questões põem em causa a compatibilidade entre o Estado democrático e os programas de austeridade e de transformação estrutural induzidos do exterior.

A intervenção do Observatório recorrerá a diversos meios que estamos a preparar, designadamente: uma página Internet, um Barómetro das Crises, uma série de Cadernos e Oficinas temáticas, Diálogos (articulados ou não com ações de formação avançada), e a produção de um Relatório anual sobre os quatro domínios prioritários já identificados.

*

Vamos utilizar o património do CES: desenvolver a análise crítica, produzir contributos para alternativas.

Vamos mobilizar o património cognitivo do CES, que é impar no plano nacional, como se pode observar desde o “Retrato Singular” de 1994, que já aqui mencionei, e através de muitas outras obras mais recentes. Olhar as “crises encapsuladas”: percebê-las, identificá-las e propor saídas.

Temos presente que as análises devem ser o mais objetivas possível, mas jamais são neutras.

O CES, assumindo com toda a responsabilidade a defesa e a afirmação dos princípios e práticas que têm de nortear a intervenção de um centro de investigação de prestígio – pelo seu rigor, pela interdisciplinaridade, pela interpelação e análise dos problemas a partir das mais diversas correntes teóricas e posicionamentos político-ideológicos e sociais – trabalha com uma epistemologia crítica, desconstrutiva, reflexiva, transformadora da sociedade. Essa é a forma eficaz de colocar pensamento criativo ao serviço da sociedade.

*

Por último permitam-me dizer algo mais sobre o **conceito Alternativa**, que foi definido pelo Bruno Sena Martins.

“O capitalismo neoliberal será crescentemente contestado na medida em que as suas crises permitam entrever novos rumos, menos voláteis, menos imperialistas, menos dependentes de assimetrias estruturais... O imperativo de alternativas tende a ganhar força, em primeiro lugar, com o reconhecimento da insustentabilidade de um dado modelo de desenvolvimento — ou da própria ideia de desenvolvimento tal como ela nos é apresentada pelo pensamento dominante. O anseio de alternativas depende da possibilidade de se verterem descontentamentos e desesperos em insurgências ativas pela justiça social. Uma tal tradução, afeita a denunciar sistemas de exploração, incita a um aprofundamento democrático bem como a um pensamento pós-colonial. O reclamar de alternativas depende da verosimilhança atribuída a um outro mundo possível. O pensamento da alternativa reconhece (e assume) a falência de modelos únicos, pelo que será crucial a construção de diálogos e de inteligibilidades entre as diferentes formas de resistir à dominação capitalista no mundo ... Na recusa do sistema económico que governa o presente, a busca de alternativas convoca as imaginações forjadas a partir dos muitos presentes silenciados.”

É preciso romper o bloqueio. Precisamos de pequenas sérias reformas que no contexto atual podem significar importantes ruturas. Precisamos de grandes ruturas que começam exatamente nos becos sem saída, na quebra dos muros!

Se a realidade é a pobreza e a opressão, há que romper o fatalismo e a inevitabilidade, buscando respostas emancipatórias, não na velha conceção do bom aluno, mas com criatividade e irreverência, introduzindo intensidade e dimensões à democracia.

As alternativas não-de ser construídas com ideias novas, com pessoas inconformadas, participando e exercendo cidadania, com jovens irreverentes, determinados e preparados, com movimentos organizados, com forças políticas ativas que recusem a “inevitabilidade” e o empobrecimento como solução, com lideranças que tragam conteúdos políticos e sociais, valores e compromissos agregadores novos e capazes de introduzir força e dinâmicas coletivas.

O fundamental dos conteúdos alternativos não é assim tão complexo, pois situa-se na resposta a problemas simples mas muito concretos do quotidiano dos cidadãos: combater a pobreza e as desigualdades salvaguardando prioritariamente valores nas pensões e nos mecanismos de proteção social que assegurem dignidade para quem a eles tem direito; utilizar os recursos (públicos e privados) para criar emprego e produzir bens úteis e necessários; valorizar o trabalho com salários dignos e responsabilização das pessoas; garantir direitos essenciais a que qualquer ser humano deve ter acesso em sociedades modernas e democráticas; combater, de facto, a fraude e a corrupção; responder a problemas básicos de sobrevivência das empresas; aplicar mecanismos simples de políticas fiscais justas; favorecer a produção de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade e incentivar a industrialização.

As alternativas são possíveis: relembrando como se melhorou a vida das pessoas; analisando de forma crítica as origens e a natureza dos problemas; afirmando o valor e os custos da democracia, pois os direitos custam dinheiro e não é por isso que são privilégios; resistindo, porque “nada é mais letal que a resignação” e é preciso dar

combate a este capitalismo perigosamente indutor de retrocesso social e civilizacional; apresentando desafios mobilizadores aos jovens em vez de os aconselhar a emigrar ou de lhes matar a esperança com as precariedades e inseguranças; dando emergência e força a muitas propostas sociais, políticas e de muitos empresários que já existem mas estão silenciadas; trabalhando com humildade denominadores comuns alternativos às políticas que, no plano nacional ou europeu, estão a impedir a afirmação social e política de projetos coletivos mobilizadores e transformadores; governando com ética, rigor, transparência e participação dos cidadãos que só assim se responsabilizarão e empenharão, individual e coletivamente, na construção do futuro.

Muito obrigado.